

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC**  
**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE**

**A TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO DOS GASTOS COM PESSOAL NA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC**

**DALVA MAGRO**

**FLORIANÓPOLIS**

**2001**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO DOS GASTOS COM PESSOAL NA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para obtenção de carga horária na disciplina CNM – 5420 – Monografia.

Aluno: **DALVA MAGRO**

Orientador: **Roberto Meurer**

Área de Pesquisa: Finanças Públicas

Palavras Chaves

1. Gastos com pessoal
2. Inativos
3. Ativos
4. Receitas e despesas

**FLORIANÓPOLIS**

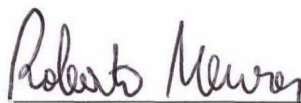
**2001**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

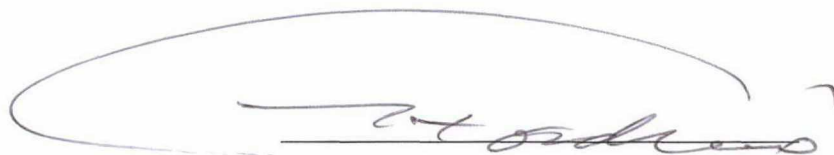
A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 a aluna Dalva Magro na disciplina CNM 5420 --Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Roberto Meurer

Presidente



Prof. Francisco de Assis Cordeiro

Membro



Prof. Jorge de Oliveira Musse

Membro

180.669.689.49

Ao Beto e ao Luciano,  
pelo carinho a atenção.

Agradeço o esforço e paciência do professor Roberto Meurer na orientação e a todos os meus colegas de trabalho pela compreensão e ajuda na coleta dos dados e pelas informações necessários para este trabalho.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>IX</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>X</b>
<b><u>CAPÍTULO I</u></b>	
<b>1 Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Problemática .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Objetivos .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2.1 Geral .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2.2 Específicos .....</b>	<b>12</b>
<b>1.3 Metodologia .....</b>	<b>12</b>
<b>1.4 Estrutura do Trabalho .....</b>	<b>13</b>
<b><u>CAPÍTULO II</u></b>	
<b>2.1 A universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC .....</b>	<b>15</b>
<b><u>CAPÍTULO III</u></b>	
<b>3.1 Bens Público .....</b>	<b>17</b>
<b>3.2 Educação um bem público .....</b>	<b>18</b>
<b>3.3 As Universidades .....</b>	<b>19</b>
<b>3.4 Comportamento da demanda pelo bem público educação .....</b>	<b>20</b>
<b><u>CAPÍTULO IV</u></b>	
<b>4.1 Receitas da UDESC .....</b>	<b>22</b>
<b>4.2 Despesas .....</b>	<b>24</b>
<b>4.2.1 Despesas com pessoal.....</b>	<b>24</b>
<b>4.2.2 Comportamento das despesas de pessoal dos ativos em comparação com os inativos.....</b>	<b>25</b>
<b>4.2.3 Os custos do pessoal ativo e inativo em relação as Receitas da Universidade .....</b>	<b>27</b>
<b>4.3 Limitações Legais nas despesas de pessoal .....</b>	<b>29</b>
<b>4.3.1 Limites com inativos e pensionistas.....</b>	<b>31</b>

4.3.2 Da verificação do cumprimento dos limites .....	32
4.3.3 A readequação aos limites impostos pela LRF .....	32
4.3.4 Punições .....	32
4.4 A UDESC no contexto da LRF .....	33

## **CAPÍTULO V**

5.1 <i>Projeção da evolução das despesas com pessoal para os próximos 30 para diferentes cenários</i> .....	34
5.1.1 <i>Projeção realista</i> .....	34
5.1.2 <i>Projeção pessimista</i> .....	37
5.1.3 <i>Projeção otimista</i> .....	39
5.1.4 <i>Considerações finais</i> .....	41

## **CAPÍTULO VI**

6.1 <i>Conclusões</i> .....	43
6.2 <i>Recomendações de seqüência deste trabalho</i> .....	44

## **REFERÊNCIAS**

<b>BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	45
<b>ANEXO</b> .....	48

## **LISTA DE TABELAS**

**TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO DOS ATIVOS/INATIVOS EM RELAÇÃO AS  
RECEITAS DA UNIVERSIDADE**

**TABELA 2 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS  
E COLABORADORES**

**TABELA 3 - NÚMERO DE ATIVOS E INATIVOS NO DECORRER DO PERÍODO  
ANALISADO**

## **LISTA DE SIGLAS**

1. CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL
2. FESC – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA
3. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
4. ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS
5. IGP-DI – ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA
6. INPC – ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
7. IPESC – INSTITUTO DE PENSÃO DE SANTA CATARINA
8. IPVA – IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS AUTOMOTORES
9. LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
10. LRD – RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL
11. LRF – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
12. PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO
13. UDESC – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## RESUMO

Tendo como cenário a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, este trabalho monográfico trata do comportamento dos gastos com pessoal, no período de 1993 a 2000, com projeção até 2030. O objetivo foi o de verificar a viabilidade da Universidade levando em consideração o fato de suas receitas estarem vinculadas à arrecadação do Estado. Estabelecido por lei, o percentual, atualmente, está fixado em 1,95% da Receita Líquida Disponível. Tendo sido criada em 1965, estando portando neste momento com 35 anos, os servidores que nela ingressaram na data da sua fundação estão em fase de transição para a inatividade, iniciando-se deste modo, uma mudança substancial nos gastos com pessoal. A composição dos gastos com pessoal engloba os gastos com pessoal ativo e inativo, ambos devendo ser supridos com os recursos do duodécimo proveniente do Estado. Nos próximos 21 anos a UDESC renovará seu quadro de pessoal quase por completo, no entanto, mantendo os inativos na composição dos gastos com pessoal. Foi efetuado neste trabalho um estudo de como se processará esta transição no decorrer dos próximos 30 anos projetando-se as receitas em diversos cenários com crescimento de 1%, 2,9% e 5% ao ano e alocando anualmente as mudanças necessários com referência a aposentadorias, reposição dos servidores que vão para a inatividade, bem como, das baixas por óbitos. Além de uma projeção de como se comportariam os gastos da Universidade se houvesse a reposição das perdas salariais acumuladas desde 1995. As conclusões chegadas foram que invariavelmente a Universidade terá que recorrer ao Estado solicitando um aumento de repasse no decorrer do tempo analisado, ou deverá recorrer a outras formas de aumentar suas receitas. Outra conclusão chegada foi a de que o peso da folha dos ativos acaba por achatar os salários dos servidores que encontram-se na ativa.

**Palavras-chave:** gastos com pessoal; inativos; ativos; receitas e despesas.



## **CAPÍTULO I**

### **1.1 Problemática**

O equilíbrio das contas públicas representa um passo decisivo na definição de um novo modelo econômico para o Brasil.

Com o intuito de alcançá-lo, o Governo Federal lançou, em 28 de outubro de 1998, o Programa de Estabilidade Fiscal, introduzindo mudanças fundamentais no regime fiscal do país, objetivando o equilíbrio das contas públicas, a estabilidade da moeda, o crescimento sustentado e a melhoria progressiva nas condições de vida da população brasileira.

O desequilíbrio nas contas previdenciárias tem se mostrado como fator agravante dos resultados fiscais e prevê que:

“mantidas as atuais tendências, os gastos com aposentadorias e pensões acabarão por inviabilizar as administrações públicas, pela compressão dos salários dos servidores da ativa e esgotamento da disponibilidade de recursos para execução das demais políticas públicas” (Programa de Estabilidade Fiscal, 1999).

As despesas com pessoal refletem razoavelmente as condições institucionais e administrativas, com as quais o gestor universitário pode formular e estruturar suas políticas de desenvolvimento.

Assim sendo, o tema “Análise dos gastos públicos com pessoal” torna-se da maior relevância, a fim de comprovar as implicações que os gastos com inativos e pensionistas acarretam sobre os gastos com pessoal ativo e sobre os demais gastos de manutenção e investimentos.

Para tanto, com o intuito de comprovar esta relação, será realizado um estudo de caso que terá como foco os gastos com pessoal na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC a fim de verificar se a tendência de crescimento dos gastos com inativos e pensionistas da UDESC acabará, futuramente, por inviabilizar a manutenção das atividades da Universidade.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Geral**

O objetivo geral do presente estudo é verificar se a tendência de crescimento dos gastos com inativos acabará por inviabilizar a manutenção das atividades da Universidade.

### **1.2.2 Específicos**

Em termos mais específicos, pretende-se:

- Levantar dados de folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Universidade do Estado de Santa Catarina, referentes ao período 1993 - 2000;
- Analisar o volume dos gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Universidade, com vistas a identificar desequilíbrios e examinar as tendências dos gastos com pessoal a médio prazo;
- Elaborar uma projeção dos gastos com pessoal ativo e inativo visando verificar a viabilidade da Universidade a médio prazo.

## **1.3 Metodologia**

Foi aplicada a metodologia investigativa, com a realização de pesquisa bibliográfica e, principalmente, na pesquisa documental, através da análise e coleta de dados de relatórios emitidos pelo Setor de Pessoal da UDESC e pela Secretaria de Estado da Fazenda, no período indicado para a pesquisa.

A pesquisa teve seu foco dirigido para o seguinte tema: o estudo do comportamento dos gastos com inativos e sua influência sobre a compressão dos salários dos ativos. Para tanto, fez-se necessária a pesquisa da legislação que abrange o Poder Público.

Para melhor entendimento, é conveniente ressaltar aqui que as cifras relativas às receitas da UDESC somente referem-se ao duodécimo previsto na LDO – Lei de

Diretrizes Orçamentárias, excluindo-se, portanto, os recursos provenientes de outras fontes, como convênios, empréstimos, entre outros.

Os dados foram coletados em bases mensais e, deflacionados pela média do ano de 2000, através da série do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI/médio) da Fundação Getúlio Vargas, permitindo a comparação de informações de diferentes períodos.

O período escolhido para análise deu-se pelo fato de somente a partir de 1993 os dados referentes a folha de pagamento e receitas da UDESC estarem disponíveis em sistema informatizado.

#### **1.4 Estrutura do trabalho**

O trabalho, a partir deste Capítulo, está estruturado da seguinte forma:

No Capítulo II é feita uma abordagem geral sobre bens públicos, a educação como um bem público e as universidades neste contexto.

No Capítulo III serão apresentadas as receitas da Universidade, que estão subordinadas às receitas do Estado e, também, uma abordagem, num contexto geral, do comportamento da arrecadação estadual. Posteriormente serão analisadas as despesas com pessoal, tema fundamental deste trabalho, dando-se prioridade às despesas com inativos, cujo comportamento, perante as despesas da Universidade, vem apresentando um crescimento acentuado. Serão detectados os pontos de estrangulamento, bem como o seu comportamento no decorrer dos últimos oito anos.

No Capítulo IV será apresentada uma projeção de como se comportarão os gastos com pessoal, com base nas informações disponíveis sobre salário, ingresso na Universidade, ano de nascimento e tábua de vida. Com base nesses dados, será analisado o comportamento dos gastos com pessoal na Universidade, mantidas as condições atuais de oferta de cursos, considerando-se, somente, um crescimento em suas receitas em razão do crescimento do PIB nacional da última década. Objetiva-se com isto, apurar se, em algum momento, os repasses do Governo serão suficientes para a manutenção da UDESC.

Finalizando a pesquisa, no Capítulo VI serão apresentadas as considerações finais acerca do assunto tema.



## **CAPÍTULO II**

### **2.1 A Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC**

Inicialmente, vale ressaltar os caminhos que a atual Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC percorreu antes de chegar à situação em que se encontra.

Originada da Fundação Educacional de Santa Catarina - FESC, foi criada em 1965, reconhecida como Universidade em 1985 e, finalmente, transformada em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, através da Lei Estadual nº 8.092/90.

A UDESC é mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina, do qual recebe, sob a forma de duodécimos, 1,95% de sua Receita Líquida Disponível - RLD, percentual este estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e, conforme definido na Constituição Estadual de 1989, possui autonomia administrativa e financeira.

Atualmente, a UDESC arca com todas as despesas com inativos, inclusive, contribuindo com o IPESC - Instituto de Pensão de Santa Catarina, com o intuito de manter os seus pensionistas. Tais despesas importam, em média, em 12% do duodécimo recebido do Estado (UDESC - Resumo Total Bruto das Folhas de Pagamento/2000) . Com o restante a Universidade precisa manter sua folha de ativos, manter os cursos em andamento e realizar os investimentos necessários a sua permanência no mercado de ensino, ou seja, cumprir o que prevê seu Estatuto, que determina a sua função no contexto do desenvolvimento do Estado.

De acordo com os dados coletados no seu Setor de Pessoal, a UDESC tem seu quadro funcional composto de 765 servidores estáveis e 251 colaboradores, que estão assim distribuídos: 428 professores universitários estáveis e 251 professores não estáveis, (referidos como “colaboradores”), 102 técnicos de nível superior, 119 técnicos de nível médio, 78 agentes operacionais e 38 auxiliares de serviços gerais.

No tocante à qualificação do corpo docente, 5% tem somente graduação, 21% são especialistas, 39% são mestres, 34% são doutores e menos de 1% concluiu o Pós-Doutorado.

Voltada para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, seu sistema é *multicampi*. A UDESC está presente nas cidades de Florianópolis, Lages, Joinville e São Bento do Sul, com ensino voltado à realidade sócio-econômica e cultural da região onde se insere:

- Campus I em Florianópolis: composto pelo Centro de Ciências da Administração, pelo Centro de Artes, pelo Centro de Ciências da Educação, incluindo aí, o Centro de Educação à Distância e, pelo Centro de Educação Física, Fisioterapia e Desportos.
- Campus II em Lages: abriga o Centro de Ciências Agroveterinárias e,
- Campus III em Joinville e São Bento do Sul: Centro de Ciências Tecnológicas.

Os Centros de Ensino oferecem no total: 34 cursos de graduação, 3 cursos sequenciais, 48 cursos de Especialização, 8 cursos de Mestrado, 3 de Doutorado e 1 MBA (*Master Business Administration*).

O corpo discente é formado de 13.800 alunos de graduação e 1.800 de pós-graduação.

Com relação à infra-estrutura convém informar, brevemente, que a UDESC possui, distribuídos em seus seis Centros de Ensino, 69 laboratórios, 1 Hospital Veterinário, 3 Rádios de Difusão Educativa, 1 Clínica de Fisioterapia, 1 Núcleo de Cardiologia e Medicina Desportiva e 4 Ginásios Poliesportivos que, em conjunto significam uma área construída de 45.000 m<sup>2</sup>. (UDESC, Secretaria de Planejamento, 2000)

### **CAPÍTULO III**

Anteriormente os estudos dos negócios relativos ao Setor Público centravam-se nas questões de tributação, equilíbrio orçamentário e dívida pública. Atualmente, as funções do Estado não limitam-se a estas questões. O Estado tornou-se um agente econômico decisivo na satisfação das necessidades individuais e coletivas.

O Estado existe para organizar e disciplinar as relações sociais, e é primordial que ele arrecade para cumprir esse papel. Ele precisa atuar em setores que a iniciativa privada despreza, tais como as áreas jurídica, social e educacional. Em linguagem mais específica, o Estado precisa criar a lei, criar mecanismos para a sua aplicação e, na área social, socorrer os menos afortunados. No tocante à educação, é seu papel oferecer ensino gratuito e na área econômica, garantir a igualdade de condições para toda a população.

Logo, os bens públicos são de grande importância na satisfação das necessidades prementes da sociedade que, pagando seus impostos, quer vê-las supridas da melhor forma possível.

#### **3.1 Bens Públicos**

De acordo com GIAMBIAGI e ALÉM (1999) bens públicos são aqueles cujo consumo/uso é indivisível ou não-rival. Em outras palavras, o seu consumo, por parte de um indivíduo ou de um grupo social, não prejudica o consumo do mesmo bem pelos demais integrantes da sociedade.

Corroborando com esta visão RIANI (1997) define como públicos todos aqueles bens cujo consumo é feito no mesmo montante por todos os indivíduos. Isto posto, conclui-se que o consumo de uma pessoa de um bem público não diminui as oportunidades de consumo dos outros indivíduos da sociedade.

Outra característica importante de bens públicos é o princípio da não-exclusão no consumo destes bens, sendo difícil, ou até mesmo impossível, impedir que um determinado indivíduo não usufrua deste bem.



Dentre os bens públicos mais importantes, GIAMBIAGI e ALÉM (1999) destacam, primeiramente, a saúde e, em segundo, a educação. Seguem a defesa nacional, o policiamento, a regulação, a justiça e o assistencialismo.

Saúde e educação são funções que também são exercidas pela iniciativa privada, através de médicos e escolas particulares. Porém, uma grande parte da população não possui renda suficiente para pagar esses serviços. O fato é que o Estado tem o dever de colocar à disposição da população esse tipo de serviço, mesmo que em alguns casos a população de maior poder aquisitivo opte pelo serviço particular.

### **3.2 Educação um bem público**

Por ser a educação um bem público, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) dispensa a esta, em seu Capítulo III, a Seção I. Nesta Seção pode-se verificar que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, sendo ministrada com base na igualdade de condições de acesso e permanência e de forma gratuita em estabelecimentos públicos, gozando estes, especialmente as universidades, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Sobre os conceitos de bem público, vale salientar que o ensino universitário não se encaixa em todas as características abordadas, podendo ser classificado de bem público não puro já que as vagas oferecidas, embora todos possam concorrer, são limitadas. É portanto, uma seleção excludente.

A iniciativa privada tem seu direito mantido na exploração do ensino em sua totalidade, desde que atenda às condições pré-estabelecidas, devendo cumprir as normas gerais da educação nacional, bem como, ser autorizadas e avaliadas quanto a sua qualidade, pelo poder público.

Na CF/88 também está previsto que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e nas áreas de educação infantil. Aos estados está reservado prioritariamente o ensino fundamental e médio, garantido a colaboração de todas as esferas de governo na manutenção do ensino. Além disto, é permitido ao Governo



Federal atuar em todas as áreas, bem como, aos estados e municípios atuarem nas outras esferas educacionais.

No âmbito estadual, a Constituição do Estado de Santa Catarina também dedica à Educação e à Cultura uma seção especial, onde encontram-se todos os parâmetros que norteiam a educação no Estado. Há ainda, um subtítulo que trata especialmente do ensino superior, subordinando-se à Constituição Federal. Existe aí, também, a previsão de uma autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial às instituições de ensino superior do Estado. Porém, estas devem submeter-se à aprovação estadual de seus cursos pelo Conselho Estadual de Educação.

### **3.3 As universidades**

Conforme a seção anterior, as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sendo definidas no âmbito das organizações acadêmicas como organizações altamente complexas, em todos os seus aspectos, desde os recursos humanos com que operam, o papel social que desempenham na formação de novas gerações de profissionais, o conhecimento que produzem e a tecnologia que empregam.

No tocante às instituições universitárias, tanto públicas quanto privadas, BALDRIDGE (1977) identificou as linhas gerais de sua complexidade que abrange a ambigüidade de objetivos, serviços baseados na clientela, tecnologia problemática e profissionalismo.

Desta forma, fica difícil avaliar, num âmbito geral, se as universidades públicas atendem ou não ao fim específico de igualdade de condições a todos os cidadãos de um país, já que a sua complexidade de funções sociais através do ensino, pesquisa e extensão vai muito além da demanda por ensino superior.

As universidades são responsáveis por influenciarem e desenvolverem a pesquisa nas áreas onde a iniciativa privada não alcança, ou até mesmo, não tem interesse. O desenvolvimento das artes, o preparo de novos mestres, o trabalho de suprir o mercado com profissionais cujo custo elevado dificulta a sua formação, tudo isto representa o

campo de atuação da universidade pública. Desta forma, não podem ser analisadas somente no que diz respeito à quantidade de alunos que colocam no mercado de trabalho e sim, o retorno dado à sociedade.

Por não ser o ensino superior um bem público puro, a forma de ingresso nas instituições que o oferecem é, no mínimo, questionável. Desta forma, o vestibular pode ser visto como uma forma de exclusão social.

Neste aspecto a UDESC, tentando dar à comunidade catarinense um retorno dos recursos nela investidos, idealizou o Vestibular Vocacionado, pretendendo desta forma, ampliar as oportunidades dos candidatos já familiarizados com sua futura área de atuação, focalizando seu interesse no Estado, dando prioridade às questões direcionadas à geografia e história catarinense.

No caso da UDESC, esta busca é, além de atender não só aos anseios da comunidade catarinense, assumindo uma postura de agente ativo do desenvolvimento e atuando na promoção de mudanças e no aprimoramento social, também contribuir para o desenvolvimento das outras regiões além do Estado de Santa Catarina, já que na instituição estudam alunos de outros estados do País.

### **3.4 Comportamento da demanda pelo bem público educação**

Para GIAMBIAGI e ALÉM (1999) o efeito da renda *per capita* sobre a demanda por serviços públicos é algo que está em parte ligado à urbanização. A relação com o bem educação se dá em virtude de que, quando as sociedades se beneficiam de uma elevação no nível de renda, tendem a ter um maior grau de instrução. Com isso, a tendência a aumentar as pressões em favor do oferecimento de serviços públicos melhores aumenta.

MUSGRAVE e MUSGRAVE (*in* GIAMBIAGI e ALÉM, 1999) justifica a relação entre o estágio evolutivo de um país com os gastos públicos, ao dizer que, além de outros serviços públicos como educação superior ou hospitais com equipamentos sofisticados, a medida que aumenta o nível de renda das pessoas e estas ultrapassam o limite da subsistência, estas demandam mais por instrução.

Vale levar em consideração que um aumento na renda *per capita* irá influenciar diretamente na demanda por universidades e que, quanto maior o nível de instrução das pessoas, maiores serão as exigências ao governo por melhores universidades, ou seja, uma sociedade composta por um maior número de pessoas de classe média tende a ter mais consciência de seus direitos, passando a ser mais reivindicativa e a pressionar mais os governantes por melhorias nos bens públicos, incluindo aí, a educação universitária.



## **CAPÍTULO IV**

### **4.1 Receitas da UDESC**

#### **4.1.1 O desempenho das receitas da UDESC**

As Receitas Públicas podem ser definidas como todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos decorrentes de força de Lei ou de Contrato, devendo constar da Lei de Orçamento.

No caso da UDESC, esta recebe, desde 1994, um percentual estabelecido anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, (Lei 10.191, de 24/06/96) que, atualmente é de 1,95% da Receita Líquida Disponível – RLD. Anterior a este período, ou seja, de 1992 até 1994, este percentual era de 1,20% da RLD.

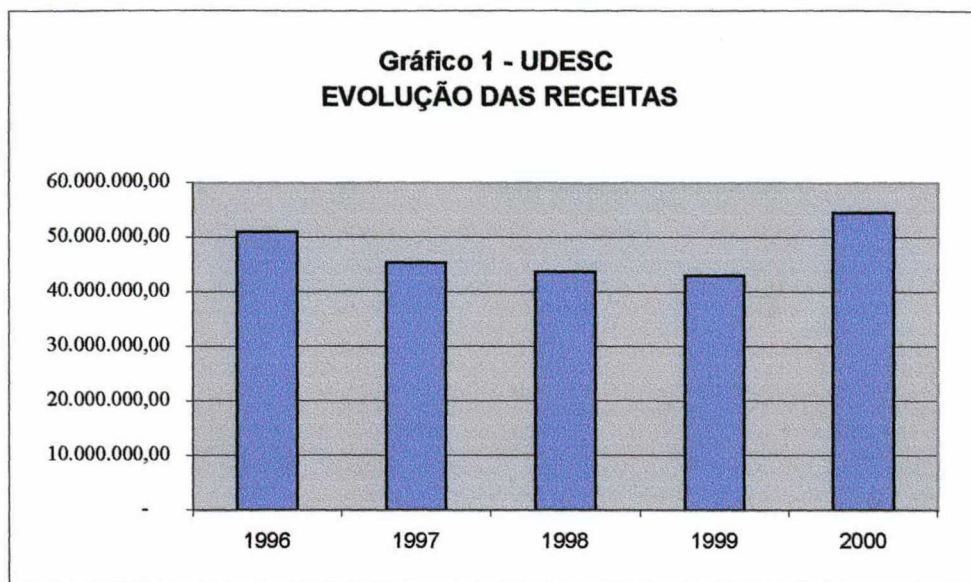
A Receita Líquida Disponível está conceituada na LDO como sendo o total das receitas correntes, deduzidos os valores das receitas provenientes de convênios, ajustes e acordos administrativos, de transferências por participações constitucionais e legais, dos municípios na arrecadação de tributos de competência do Estado e de Quotas-partes da Contribuição do Salário Educação e do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores – Municípios.

Há que se salientar que até aqui a UDESC passou por vários estágios, desde Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina, mantida pela FESC – Fundação de Ensino Superior de Santa Catarina, quando essa além da Universidade mantinha escolas de primeiro e segundo graus além de creches.

Em 1991 após a promulgação da Lei 8.332 que cria o quadro de Pessoal Permanente e o Plano de Cargos e Salários a UDESC é incluída na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias como órgão que recebe repasses do estado, sendo esse na ordem de 1,20% da RLD.

Até 1992 os encargos sociais da UDESC eram mantidos, ainda, pelo Estado, já em 1994 o percentual de repasse foi aumentado para 1,95% da RLD, porém, passaram a ser encargos da UDESC as despesas com inativos, bem como os encargos sociais.

Atualmente com este duodécimo a UDESC deve dar conta de todos os encargos com a manutenção de seus cursos, da área administrativa, bem como, de investimentos previstos.



FONTE: SEF Relatório Arrecadação Mensal do ICMS 1990-2001

A partir de 1996, a fórmula para cálculo da RLD sofreu uma alteração. Desta forma, não existe a possibilidade de confrontar dados anteriores a esse ano. Face a isto, a análise deu-se a partir de 1996 (vide Gráfico 1).

Estando as receitas da UDESC subordinadas à arrecadação do Estado, pode-se notar um declínio nos valores recebidos entre 1997 a 1999, em função da queda de arrecadação no período de 1997 até meados de 1998. Essa queda variou entre três milhões e meio a quatro milhões de reais mensais.

Essas flutuações também foram observadas no PIB Real que aponta, em 1998, um decréscimo em relação a 1997 de 0,22 %, e apresentou um aumento em 1999, de 0,79%. (IBGE Tabela 5. 2001)

Ainda referente a 1998, a UDESC passou por sérias dificuldades financeiras, não só pela queda na arrecadação descrita acima, mas pelas dificuldades por que passou o Estado simultaneamente, levando este a deixar de repassar parte do duodécimo que caberia à Universidade por força de Lei.

Outro motivo que contribuiu para esse decréscimo nas receitas do Estado está ligado a uma política de refinanciamento das dívidas dos contribuintes com o Governo, o REFIS, com normas pouco claras. Essa falta de clareza nas normas, fez com os contribuintes inadimplentes com o governo, e por tratar-se de final de mandato governamental (1994/1998), esperarem para refinar suas dívidas na próxima gestão governamental, na esperança de maiores esclarecimentos, bem como, novidades na legislação.

Outro ponto a destacar é que no Estado de Santa Catarina o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, representa em média 90,92% da arrecadação estadual, seguido pelo IPVA com 6,56%, e demais impostos que completam os 100% de arrecadação.

Observa-se no Gráfico 1 que, no final 1999 e mais acentuadamente no ano de 2000, houve uma recuperação das receitas provenientes do ICMS. Uma explicação possível para este fato é que parte desse aumento decorreu dos setores de: serviços em geral, de telefonia e de geração e fornecimento de energia elétrica. No setor de energia elétrica, o aumento decorreu de várias correções de tarifas. Os aumentos de preço também foram significativos no tocante a combustíveis e lubrificantes, tendo o Governo concedido correção durante o período estudado.

Outro fato que gerou aumento de ICMS foi a privatização da telefonia, que ocasionou aumento na oferta de linhas telefônicas, atendendo a uma demanda reprimida (número de usuários), além dos aumentos nos índices de correção de tarifas.

## **4.2 Despesas**

### **4.2.1 Despesas com pessoal**

As despesas com pessoal que serão analisadas neste trabalho compreendem os gastos com servidores ativos efetivos, ou seja, aqueles que estão na Universidade regidos estatutariamente bem como os servidores inativos, ou seja, aqueles que já se aposentaram, não sendo considerados os gastos com servidores admitidos em caráter



temporário, sendo esses de agora em diante referidos neste trabalho como “colaboradores”, nomenclatura técnica na UDESC.

Será examinado o comportamento dos gastos com pessoal, sendo dada atenção especial aos gastos com inativos que, em função da Universidade ser recente, a partir de agora, tendem a crescer de forma contínua, ou seja, recentemente é que esses servidores começaram a atingir o tempo necessário à aposentadoria. Vale acrescentar que, segundo a Tábua de Vida do IBGE, a expectativa para os que já se aposentaram com 55 anos, é que tenham mais 21 anos de vida, confirmando a tendência de que a folha, de um modo geral, continue em ascensão por no mínimo o mesmo período de tempo.

#### **4.2.2 Comportamento das despesas de pessoal dos ativos em comparação com inativos**

Desde que o Plano Real entrou em vigor, os vencimentos dos servidores públicos em geral não sofreram majorações significativas, com exceção de algumas categorias que receberam alguma espécie de gratificação ou equiparação salarial. Contudo, verifica-se um contínuo crescimento da folha no decorrer dos anos.

Benefícios estatutários, que vão sendo incorporados aos vencimentos por força judicial, engordam a folha salarial, caracterizando o fenômeno conhecido como “crescimento vegetativo”. No caso da UDESC isto também ocorre, porém, sem grandes efeitos sobre a folha de salários, conforme demonstrado no Gráfico 2, que apresenta um comparativo das despesas dos servidores ativos com relação aos inativos, no período de 1993 à 2000.



FONTE DOS DADOS: UDESC, Resumo Folha Pagamento 1992-2000.

A folha dos servidores inativos apresenta uma tendência natural ao crescimento, já a dos ativos pode variar em decorrência de uma série de implicações. Vale comentar que, invariavelmente, aposentando-se um servidor, no seu lugar será alocado um ativo com salário inferior, provocando flutuações na da folha dos ativos.

No ano de 1994 a UDESC realizou concurso público com a intenção de preencher os cargos que se encontravam vagos, decorrente de aposentadorias e aumento da demanda universitária, passando o número de servidores de 710, em 1993 para 785 no final de 1994, daí o aumento significativo nos gastos com a folha de pessoal ativo, no ano de 1995, sendo esta acrescida na ordem de 30%, em média.

No ano de 1996 o comportamento dos gastos com ativos decresceu em decorrência das aposentadorias, porém em 1997 um ganho de produtividade, na ordem de 15% decorrente da Lei nº 10.547/97 (estabelece ganhos de produtividade para os servidores da UDESC), veio aumentar a folha de pagamento total, tanto dos ativos quanto dos inativos, contudo tal aumento, incidiu somente sobre os salários bases, desta forma o percentual no total de bruto da folha não foi da mesma proporção.

Em 1998 o decréscimo na arrecadação do Estado, atingiu também a UDESC fazendo com que, no mês de fevereiro de 1999, a UDESC, através da Resolução nº 31/99, adotasse medidas mais drásticas na contenção dos gastos em geral, determinando cortes nas despesas de pessoal, que atingiram todos os níveis hierárquicos.



Tais medidas compreenderam a redução, em pelo menos 50% (cinquenta por cento), em cada Centro, da carga horária de Professores Colaboradores. Além disso, foi proibida a criação de disciplinas eletivas e a ampliação de carga horária contratual dos servidores.

Foram chamados a retornarem às atividades na Universidade todos os servidores que estavam à disposição de outros órgãos com ônus para a UDESC.

Os Centros de Ensino foram abrigados a reverem as grades curriculares de seus cursos, bem como a efetuarem a cobrança de taxa de matrícula nos casos de reprovação por infrequência, cancelamento de disciplina.

Também ficaram suspensas, temporariamente, as alocações de recursos financeiros para os Programas Bolsa de Trabalho, Bolsa de Monitoria, Bolsa de Pesquisa e Bolsa de Extensa, bem como, os Programas de Apoio à Pesquisa e à Extensão

Essa Resolução só teve seus efeitos parcialmente suspensos em junho de 2000, com a Resolução nº 39, tendo atingido plenamente seus objetivos, a redução dos gastos com pessoal pode ser perfeitamente observada no gráfico 2.

#### 4.2.3 Os custos do Pessoal Ativo e Inativo em relação à Receita da Universidade

**TABELA 1**  
**UDESC**  
**Participações dos Ativos/Inativos em relação**  
**as Receitas da Universidade (%)**

<b>Ano</b>	<b>Ativos</b>	<b>Inativos</b>	<b>Total de Pessoal</b>
1996	55,82	11,42	67,24
1997	60,42	13,49	73,91
1998	70,87	17,25	88,11
1999	59,40	19,74	79,13
2000	42,88	14,57	57,45

Fonte: Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
Relatório de Folha de Pagamento

Observando a Tabela 1, verifica-se que as despesas com pessoal ativo da Universidade têm decrescido enquanto os gastos com inativos sua tendência é aumentar.

No ano de 1998 esse aumento nos gastos totais com pessoal deu-se em função do mau desempenho das receitas e não por um aumento acentuado nos gastos com pessoal.

Observa-se, ainda, que o percentual representado pelos inativos cresceu até 1999, porém, já no ano 2000, o total das despesas com pessoal foi menor. O que houve foi que, parte do pessoal ativo passou para a inatividade e a receita aumentou, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Com estes dados, conclui-se que a UDESC vem mantendo seu quadro de servidores ativos constante, exceto no ano de 2000, conforme segue:

**TABELA 2**  
**UDESC**  
**Demonstrativo do Número de Servidores**  
**Ativos, Inativos e Colaboradores**

<b>Ano</b>	<b>Ativos</b>	<b>Inativos</b>	<b>Colaboradores</b>
1993	710	97	71
1994	785	119	106
1995	780	146	140
1996	773	164	173
1997	801	186	136
1998	779	219	150
1999	757	231	122
2000	765	238	251

Fonte: Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
Relatório IRRH 180

Na Tabela 2 pode-se observar uma pequena variação no número de servidores ativos de 1993 à 2000, em média 7,74 % e, em contrapartida, um aumento do número de inativos. Este crescimento acentuado que pode-se observar no decorrer do período analisado foi estimulado pela instabilidade causada pelas mudanças na legislação que trata de aposentadoria.

No tocante aos professores que não possuem estabilidade e com intuito de atender a uma demanda flutuante, a UDESC mantém em seu quadro, professores contratados temporariamente, os quais são contratados com fim específico de preencher vagas decorrentes de afastamentos dos professores efetivos para capacitação, licenças remuneradas (prêmio) bem como daqueles que encontram-se em tratamento de saúde.

Esse fato pode ser visto como uma estratégia para baratear os custos a longo prazo, já que a legislação que norteia esse tipo de contratação prevê contratos de um ano, prorrogáveis por mais um, não existindo a possibilidade desses profissionais de ingressarem para a folha de inativos.

O aumento no número de professores colaboradores no ano de 2000 deu-se em decorrência de a UDESC ter sido contratada pelo Governo do Estado de Santa Catarina para a realização de cursos Magister, esse que trata de capacitar professores da Rede Municipal de Ensino, além do Ensino a Distância, não justificando num primeiro momento a contratação de professores efetivos.

#### **4.3 Limitações legais nas despesas de pessoal**

Nesta seção serão analisadas as limitações legais impostas às despesas de pessoal, haja vista que atualmente é um dos maiores problemas daqueles que administram no setor público pois no Brasil, até a promulgação da nova Constituição Federal – CF/88, não havia nenhuma preocupação expressa em texto legal que limitasse as despesas com pessoal no âmbito da administração pública.

Durante anos leis foram criadas com o intuito de fixar limites nos gastos com pessoal, nas esferas Federal, Estadual e Municipal como vê-se a seguir:

Em seu artigo 169, a CF/88 impõe o primeiro dispositivo que limita as despesas com pessoal na administração pública, nos três níveis de governo, determinando que as despesas com ativos e inativos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal e Municípios, não poderão exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Ainda no artigo 38 das disposições transitórias e até a promulgação de Lei Complementar, os Estados não poderão despender com pessoal, mais do que sessenta e cinco por cento (65 %) do valor de suas receitas.

Em 1991, é sancionada a Lei Estadual nº 8.250 que fixava limites de gastos com pessoal ativo e inativo no Estado de Santa Catarina, sendo fixado o limite de sessenta por cento (60%) das Receitas Correntes Líquidas.



No ano de 1995, através de Lei Complementar Federal nº 82, conhecida como “Lei Camata” ficam estabelecidos os limites de despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 CF/88, para a União, Estados e Distrito Federal.

Através da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre as regras para organização e funcionamento dos regimes de previdência dos servidores públicos, ficaram definidas as limitações de gastos com pessoal inativo, sendo determinado o percentual de doze por cento da RCL – Receita Corrente Líquida para os gastos com inativos e pensionistas e, para os gastos com ativos, quarenta e oito por cento da Receita Corrente Líquida.

Em 31 de maio de 1999, a Lei Complementar nº 96 revoga a Lei Complementar nº 82/95, retornando ao limite anteriormente fixado de sessenta por cento da RCL para os estados.

No entanto as despesas com pessoal nunca foram esquecidas pelos legisladores, sempre tentando encontrar uma forma de corrigir as distorções que vinham se apresentando no decorrer do tempo.

Essa preocupação culminou na criação da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), sancionada em 04 de maio de 2000, que revogou a Lei Complementar nº 96/99 e definiu, entre outras providências, metas, limites e condições para a gestão das receitas e das despesas, especialmente as de pessoal.

Outro ponto bastante relevante aponta que os contratos de terceirização de mão-de-obra relativos à substituição de servidores e empregados públicos, deverão ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”, item que deverá ser criado.

Dentro desta nova metodologia, conforme prevê a LRF, essa despesa deverá ser incluída no limite estabelecido para os gastos com pessoal e, será apurada através do somatório da despesa do mês em referência com as doze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Outro limitador para os gastos com inativos e pensionistas, determinado pela Lei 9.917/98, em vigor, é a fixação do percentual em 12% da Receita Corrente Líquida. Conseqüentemente, com mais esta limitação, o percentual de gasto com pessoal ativo fica restrito, a contar da vigência da lei, a 48% da Receita Corrente Líquida.

Este tema é tratado com tanta importância, que mereceu uma seção especial na Constituição Federal, dentro do capítulo que trata da despesa pública.

O artigo 18, em seus parágrafos 1º e 2º, um dos principais da LRF, entende como despesa total de pessoal, o somatório dos gastos do ente da federação com ativos, inativos, e pensionistas, relativos a mandatos efetivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, tais como: vencimentos e vantagens - fixas e variáveis -, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo estado às entidades de previdência.

Já o artigo 19 estipula que as despesas com pessoal devem ser controladas, de modo a não exceder, até o final de 2003, em cada ano, 60% da Receita Corrente Líquida, sendo que na esfera estadual este limite deverá ser distribuído na proporção de 49% para o Executivo, 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário e 2% para o Ministério Público.

#### **4.3.1 Limites com inativos e pensionistas**

A despesa líquida, nos termos do art 2º, § 1º da Lei nº 9.917/98, é a diferença entre a despesa total com inativos e pensionistas dos regimes próprios de previdência social dos servidores dos entes estatais e a contribuição dos respectivos segurados, devendo ser publicado demonstrativo mensal evidenciando as receitas e despesas relacionadas aos gastos com inativos e pensionistas, com dados respaldados nos registros contábeis.

Um dos grandes avanços da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação aos gastos com pessoal, foi a explicitação dos percentuais de participação fixados para cada um dos Poderes e para o Ministério Público.

As leis anteriores referiam-se à Administração Direta e Indireta, mas o limite era aplicado apenas aos gastos de pessoal no Poder Executivo, enquanto os outros Poderes e o Ministério Público comprometiam quase a totalidade de suas cotas orçamentárias e financeiras com as despesas de pessoal, o que elevava o percentual de gasto de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida.



#### 4.3.2 Da verificação do cumprimento dos limites

A verificação do cumprimento dos limites determinados está prevista no artigo 70 da LRF e, diz respeito à verificação dos gastos com pessoal no exercício anterior ao da vigência da Lei, ou seja, em dezembro de 1999, o que no caso deste estudo, é irrelevante e, no artigo 22 combinado com o artigo 23, que dizem respeito à verificação dos gastos ao final de cada quadrimestre, observando que, caso a despesa total com pessoal ultrapasse os limites definidos na Lei, o percentual excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes sendo, pelo menos, um terço no primeiro, adotando-se as providências previstas nos §§ 3º e 4º do artigo 169 da CF/88.

#### 4.3.3 A readequação aos limites impostos pela LRF

Dentre as providências a serem adotadas para o corte de gastos com pessoal destacam-se: a redução temporária de carga horária, redução de gastos com cargos comissionados e demissão de servidores não estáveis, conforme artigo 23 da LRF.

Sobre isto o cumprimento dos limites estabelecidos, o artigo 169 da CF/88, § 3º, I e II, e § 4º, indica como providências a redução de, pelo menos, 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e, a exoneração dos servidores não estáveis. Caso as medidas adotadas não sejam suficientes para assegurar o cumprimento da Lei, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que o ato normativo motivado de cada um dos poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou entidade administrativa objeto da redução de pessoal.

#### 4.3.4 Punições

No tocante às punições aos entes que não cumprirem as determinações legais, a LRF é bem clara no § 3º do art. 23, que proíbe: o recebimento de transferências voluntárias; a obtenção de garantia, direta, de outro ente; a contratação de operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem a redução das despesas com pessoal.

#### 4.4 A UDESC no contexto da LRF

A personalidade jurídica da UDESC é em forma de Fundação Estadual mantida com recursos do Governo do Estado de Santa Catarina, na ordem de 1,95% da RLD, sendo repassados em forma de duodécimos, não sendo a esta facultado a cobrança de mensalidades a seus alunos, uma vez tratar-se de instituição pública e ao ensino público ser garantido sua gratuidade na Constituição Federal.

No tocante a LRF a UDESC está inserida no Poder Executivo, o qual deve manter seus gastos com pessoal dentro dos 49% da Receita Corrente Líquida do Estado, porém só estando subordinada indiretamente, uma vez que pode gastar mais do que 49% de sua receita própria em pessoal, desde que o montante do Estado não ultrapasse ao limite estipulado.

Em seu art. 169 a Constituição do Estado de Santa Catarina dá à UDESC, autonomia Administrativa e de gestão financeira e patrimonial, porém parcialmente, não cabendo à UDESC o poder de legislar sobre sua folha de pagamento, ficando esta atrelada ao Poder Executivo.

Os gastos com pagamento de inativos são integralmente custeados pela Universidade, e parte dos pensionistas, pelo IPESC que, por sua vez, é mantido em parte por contribuições dos servidores ativos e inativos (alguns inativos já deixaram de contribuir por força judicial) e em parte pelo Tesouro do Estado.

Os gastos com inativos não são exclusividade da Universidade. Todos os servidores inativos estaduais são mantidos com as Receitas do Estado, inexistindo um fundo de pensão que os possa custear, demandando, não só da administração da Universidade medidas que visem corrigir tal distorção orçamentária, como também dos administradores estaduais, uma posição frente a esta situação que está posta.

## **CAPÍTULO V**

### **5.1 Projeção da evolução das despesas com pessoal para os próximos 30 anos para diferentes cenários**

Será analisado, com base nos dados disponíveis, o comportamento dos gastos com pessoal na Universidade, mantidas as condições atuais de oferta de cursos, considerando-se somente um crescimento nas receitas em razão do crescimento do PIB nacional da última década. O objetivo é apurar se, em algum momento, os repasses do Governo serão insuficientes para a manutenção da UDESC.

Este estudo tem como limitações o fato de não ter considerado alguns aspectos: se o servidor tem averbação de tempo de serviço em razão de funções exercidas anteriormente ao seu ingresso na Universidade. Sobre este tópico, somente foi levado em consideração, para efeitos de aposentadoria, o tempo a partir da sua admissão. Vale lembrar que, para a aposentadoria, conforme prevê a Emenda Constitucional nº 19 e a nº 20/98, homens se aposentam com 35 anos de efetivo serviço e mulheres com 30 anos. Também não foram considerados os óbitos dos servidores ativos já que estes serão repostos se verificada a necessidade do cargo.

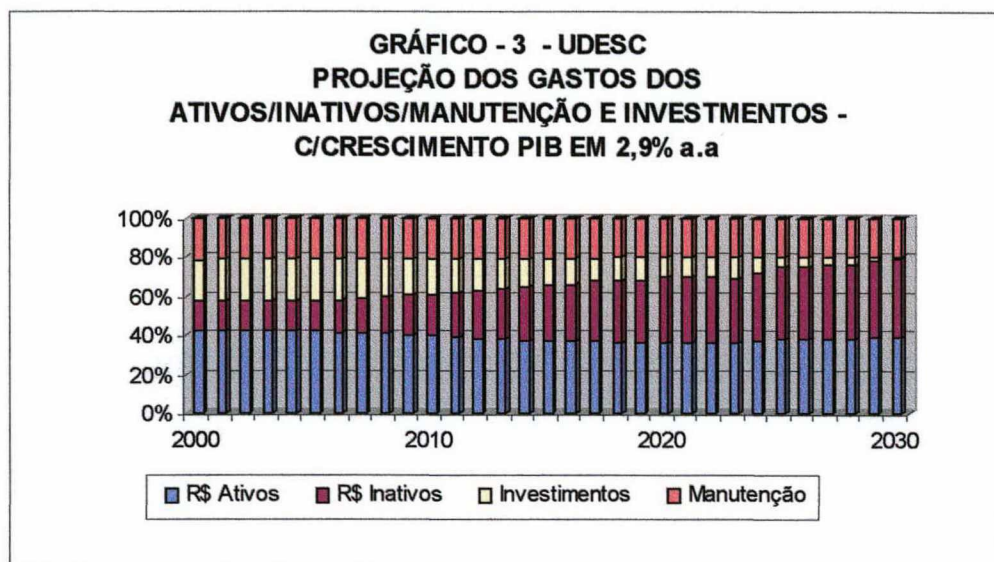
#### **5.1.1 Projeção Realista**

Com o intuito de analisar mais profundamente a situação da UDESC no decorrer das próximas décadas, efetuou-se uma projeção de suas receitas, considerando que o PIB nacional irá manter-se em 2,9% de crescimento médio anual (esta é uma projeção do Ministério da Fazenda quando da avaliação de seis anos de Plano Real) e, que a arrecadação do Estado de Santa Catarina irá se comportar da mesma maneira.

Com relação às receitas da Universidade (mantendo-se a projeção do PIB apresentada pelo Ministério da Fazenda), conforme tabelas constantes dos anexos, variarão de R\$ 54.556.929,67 em 2000 para R\$ 59.508.480,45 em 2030. Já os valores da folha dos inativos passarão de R\$ 7.948.908,99 em 2000 para R\$ 24.432.631,58 em



2030, e a folha dos servidores ativos decrescerá de R\$ 23.393.313,43 para R\$ 23.173.218,43 no mesmo período.



Pode-se observar que a participação dos gastos da folha dos ativos apresentou um pequeno declínio, em decorrência do salário dos servidores que passaram à inatividade ser superior ao salário dos servidores admitidos para substituí-los. Além disto, foram mantidas as condições de oferta atual de cursos.

Já o comportamento dos gastos com inativos teve uma variação superior a 40% no decorrer dos 30 anos analisados. Isto faz com que o percentual que anteriormente era destinado aos investimentos sofra uma redução drástica, impossibilitando o crescimento da Universidade, já que os gastos com manutenção foram mantidos constantes.

No ano de 2000 as despesas com manutenção da UDESC foram da ordem de R\$ 11.494.210,23, representando, sobre as receitas da Universidade, 21,48%, conforme, Balanço Geral do Exercício 2000 (UDESC Balanço Geral 2000). Foram computados, para efeito do cálculo da manutenção, somente os gastos propriamente ditos de manutenção, tais como energia elétrica, telefone, despesas diversas, material de consumo, artigos de expediente, combustíveis e lubrificantes, forragens e correlatos,

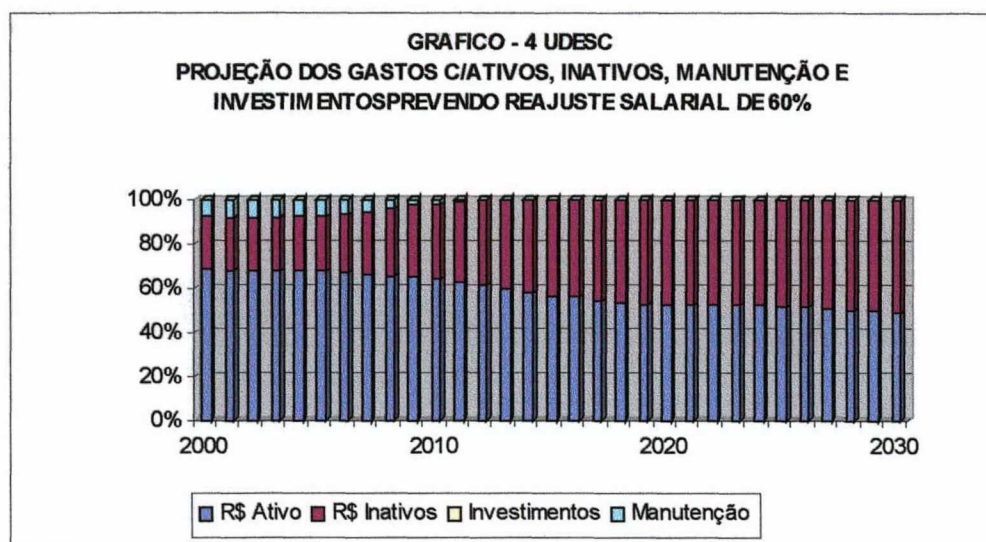
gêneros alimentícios e correlatos, material escolar didático, peças e acessórios, conservação, dentre outros.

Tanto quanto despesas de pessoal, as despesas de manutenção são importantes para uma instituição, não existindo, porém, a possibilidade de reduzi-las drasticamente o quanto seria necessário, já que o ensino oferecido pela UDESC, por força de lei, é gratuito.

Para que as receitas da Universidade se mantenham estáveis conforme os dados do ano 2000, mantendo-se o montante de investimentos e manutenção fixos, seria necessário que a arrecadação aumentasse em média 5,2% ao ano na primeira década analisada (2000/2010), em 10,2 % ao ano na segunda década (2011/2020) e em 10,8 % ao ano na última década analisada (2021/2030). Desta forma a UDESC poderia manter-se, sem a necessidade de recorrer ao Governo em busca de aumento de percentual de repasse.

Este estudo seria pouco realista se não abordasse que os servidores da Universidade estão nos últimos cinco anos sem um aumento de salários. Não houve, sequer, a reposição inflacionária do período. E pouco provável que aceitem ficar mais vinte anos sem reposição.

Com base nestas informações, foi elaborada uma nova projeção de como se comportarão os gastos da Universidade, caso esta opte em repor as perdas salariais acumuladas desde 1995 e que, com base na variação do INPC, representam 60%. (IPEADATA.2000).



Em um cenário como este do Gráfico 4 a Universidade não seria viável, pois, no momento em que repusesse as perdas salariais acumuladas estaria com os gastos com manutenção seriamente comprometidos e ao longo do tempo a situação só tenderia a piorar, já que a partir de 2011 os dispêndios com a folha de pagamento absorveriam quase que a totalidade de suas receitas, não restando receitas sequer para manutenção.

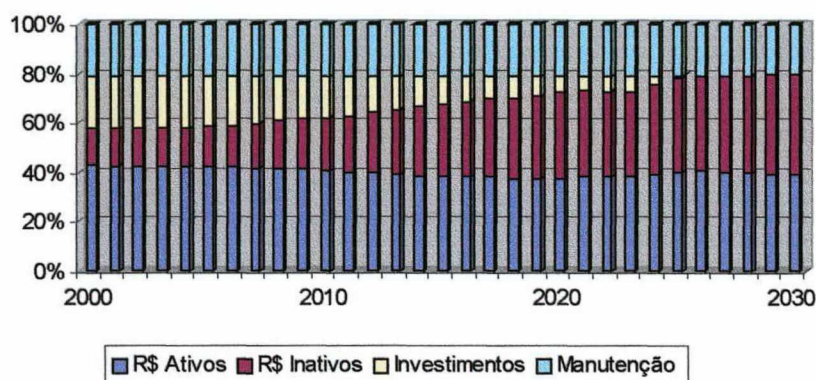
Outra observação a ser feita diz respeito ao achatamento dos salários dos servidores ativos, os quais possuem uma drástica redução na participação dos gastos totais da Universidade.

### 5.1.2 Projeção Pessimista

Continuando com a análise da situação da UDESC no decorrer das próximas décadas, observando-se as mesmas limitações do estudo anterior, efetuou-se uma projeção de suas receitas, considerando que o PIB nacional irá manter-se nos 1,0 % de crescimento médio anual e, que a arrecadação do Estado de Santa Catarina comporte-se da mesma maneira.

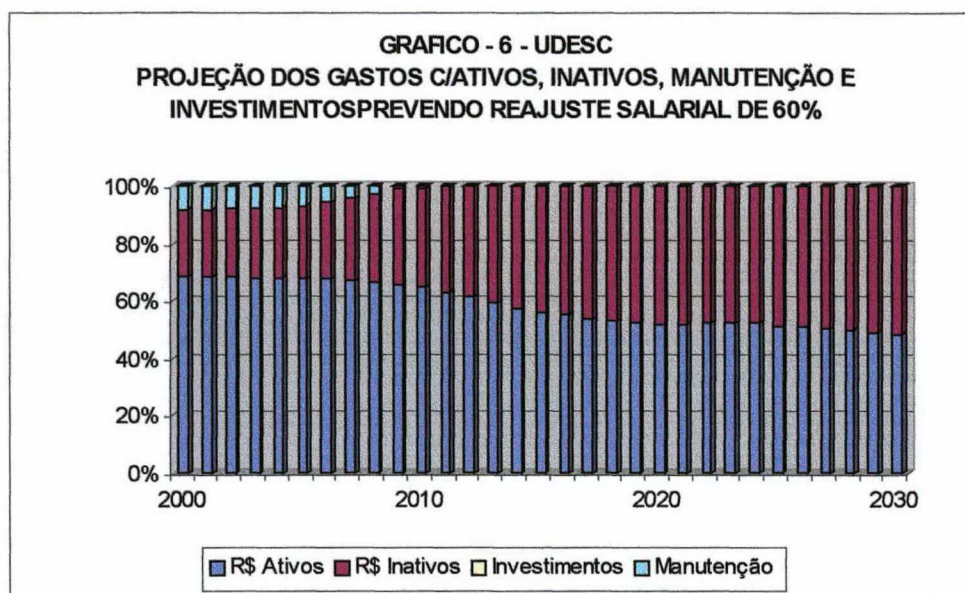


**GRÁFICO - 5 - UDESC**  
**PROJEÇÃO DOS GASTOS DOS**  
**ATIVOS/INATIVOS/MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS -**  
**C/CRESCIMENTO PIB EM 1% a.a**



Observando o Gráfico 5 caso as Receitas da UDESC somente cresçam na proporção do PIB, e este crescendo a média anual de 1%, daqui a vinte anos a Universidade estará com sérias dificuldades financeiras, não possuindo recursos para investimentos, chegando a 2030 sequer conseguindo se manter.

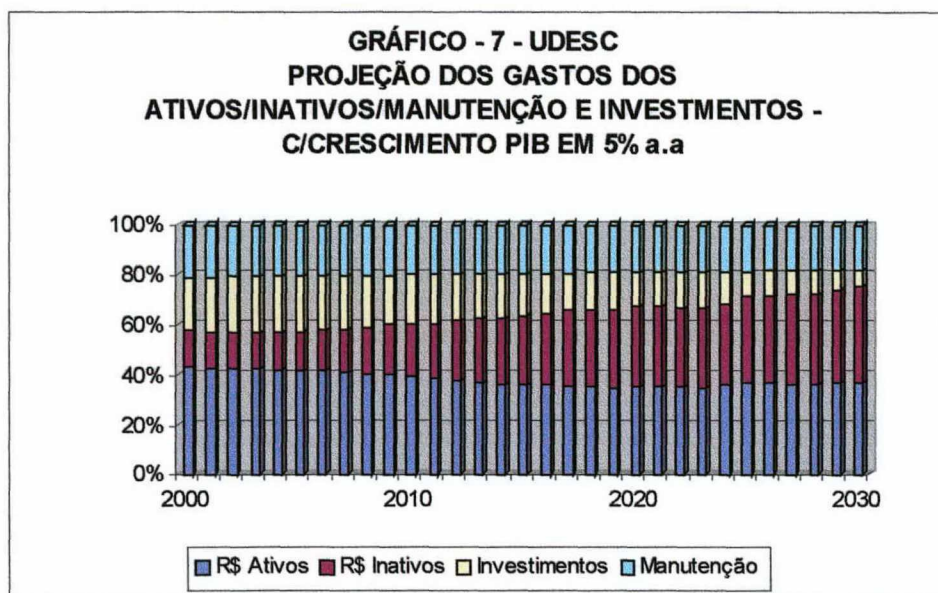
O comportamento das receitas da Universidade variou de R\$ 54.556.929,67, em 2000 para R\$ 56.217.592,83 em 2030, já os valores da folha dos inativos passou de R\$ 7.948.908,99 em 2000 para R\$ 24.432.631,58. No entanto as folha dos ativos decresceu passado de R\$ 23.393.313,43 para R\$ 23.173.218,43 no mesmo período, no entanto o aumento da folha dos inativos fez com que os investimentos ao longo do período analisado tivessem um decréscimo enorme, variando de R\$ 11.720.497,03 para um valor negativo de 3.232.340,68 em 2030. Este comportamento deu-se em virtude do aumento nos gastos com inativos, uma vez que foram mantidos os gastos com manutenção e folha dos ativos.



Quando foram aplicadas aos salários as perdas acumuladas no período de 1995 à 2000 na ordem de 60%, percentual este apurado com base no INPC (IPEADATA.2000), criando-se um novo Gráfico o de nº 6 no cenário de crescimento do PIB na ordem de 1% ao ano o resultado analítico se torna ainda pior, visto já no ano de 2010 a Universidade ter a totalidade de suas receita comprometidas com a folha de pagamento.

### 5.1.3 Projeção Otimista

Já nesta análise projetou-se o crescimento do PIB nacional médio anual em 5% ao ano, sempre considerando que a arrecadação do Estado mantenha-se num mesmo patamar.



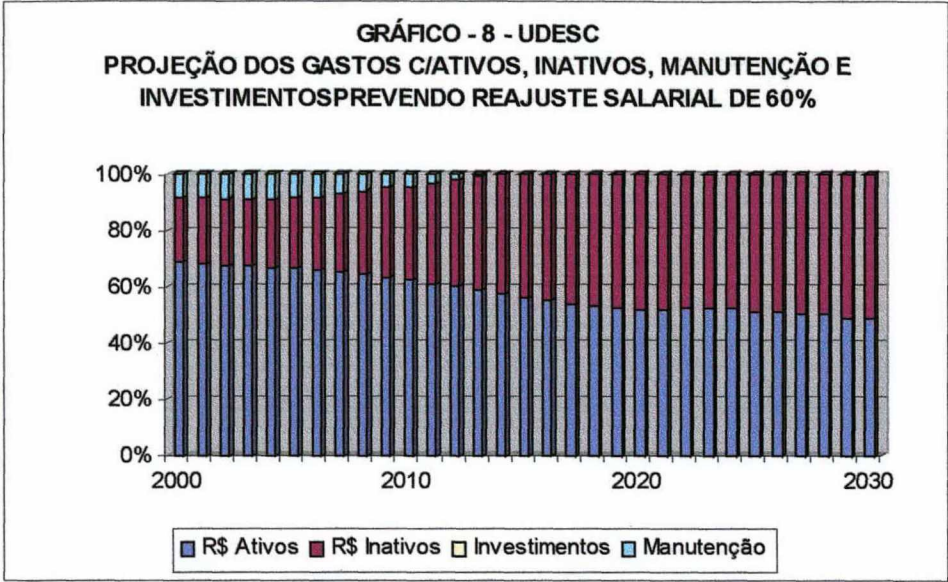
Já no Gráfico 7, com um crescimento do PIB na ordem de 5% ao ano e as receitas do Estado comportando-se da mesma forma, as receitas da Universidade seriam suficientes para sua manutenção. Estando comprometido, é claro, o montante de investimentos, uma vez que estes tendem a diminuir com o aumento dos gastos com inativos.

Em valores as receitas variam de R\$ 54.556.929,67, em 2000, para R\$ 63.362.422,65, em 2010, os gastos com ativos se mantêm na ordem de R\$ 23.100.000,00, em média, já o comportamento dos gastos com inativos varia bastante, sendo em 2000 R\$ 7.948.908,99 e em 2030 R\$ 24.432.218,58. As manutenções se mantêm constantes, pois foram mantidas constantes na análise variando somente os investimentos que iniciam a análise em 2000 na ordem de R\$ 11.720.497,03 chegando a 2030 reduzidos à R\$ 4.262.362,41.

Quando foram consideradas, nesta análise, as reposições salariais, mantidas as atuais tendências de crescimento demonstradas no Gráfico 7, porém, ajustando os salários na ordem de 60%, obteve-se o Gráfico 8, que demonstra igualmente aos anteriores, que no longo prazo, mesmo com um crescimento do PIB na ordem de 5% ano a Universidade não suportaria tais aumentos nos seus gastos com pessoal.



No ano de 2013 a Universidade teria sua capacidade de manutenção totalmente comprometida e já em 2014 não teria capacidade sequer para saldar seus compromissos com a folha de pagamento.



**5.1.4 Considerações finais**

Analisando-se a tabela 3, com relação ao número de inativos, pode-se observar que em 2000 existiam 238 inativos e no ano de 2010 anos estes já eram 315, representando um aumento de 32%. Na projeção, em 2020 o aumento chegará em 56 % com referência a 2020 e, em 2030, com 708 inativos, o aumento atingirá 43% sobre 2020.

**TABELA 3**  
**UDESC**  
**Número de Ativos e inativos no decorrer**  
**do período analisado**

Ano	Ativos	Inativos	Total de Pessoal
2000	765	238	1.003
2010	765	315	1.080
2020	765	493	1.258
2030	765	708	1.473

Fonte: Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
Relatorio de Folha de Pagamento

Outra constatação a ser feita é que no ano de 2000 existiam 3,21 servidores ativos para cada servidor inativo e, projetando-se, em 2030 haverá 1,08 servidor ativo para cada inativo.

Futuramente, analisando-se a participação em percentual dos ativos e inativos em relação às receitas, observa-se que se a Universidade tivesse que se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê gastos com pessoal na ordem de 49% de sua receita, o limite teria sido ultrapassado.

Observa-se também que a limitação de gastos com pessoal inativo, prevista na Lei 9.917/98, nunca poderá ser cumprida, uma vez que essa Lei não prevê de que forma será mantido o percentual ou, ainda, que formas adotar para que as despesas retornem aos 12% determinados.

O comprometimento das receitas com os gastos de pessoal inativo prevê a necessidade de ajustes estruturais com o intuito de reduzir a participação dos inativos no cômputo da folha de pagamento, podendo se proceder através da criação de Fundos de Pensão e Aposentadorias.

Embora a pesquisa tenha se baseado na hipótese de crescimento zero, a realidade indica que é impossível uma instituição do porte e significância da UDESC, não crescer naturalmente.

O que se pode constatar, nas análises documentais foi que a UDESC desde 1996 tem realizado investimentos construindo e modernizando seus Centros de Ensino, nos últimos cinco. Tais investimentos estão na ordem de seis milhões de reais, porém provenientes de financiamentos contraídos pelo Estado, sendo muito pouco do investimento recursos de seu duodécimo.

Outra consideração diz respeito a demanda social: segundo GIAMBIAGGI e ALEM (1999), a demanda por universidades é maior que um em relação a um aumento da renda. Assim sendo, as universidades sofrerão uma pressão ainda maior por parte da sociedade, no tocante a novas vagas e novos cursos e maior qualidade no ensino.

Também é provável, e justo, que haja esta cobrança da sociedade, até para justificar seu investimento, para que a Universidade se expanda em termos de oferecimento de cursos, sejam eles de graduação ou pós-graduação, como na extensão e na pesquisa, elementos que formam o tripé que sustenta uma instituição de ensino.



## **CAPÍTULO VI**

### **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

#### **6.1 Conclusões**

Da análise constatou-se que, dadas as condições gerais em que se encontra a Universidade, tendo seus gastos com inativos atrelados às despesas e, tendo um repasse fixado nas receitas do Estado, todas as intempéries econômicas, que eventualmente possam ocorrer, a afetarão de forma incondicional.

Os gastos com inativos constituem atualmente importante foco de pressão na elevação dos dispêndios com pessoal, e seu financiamento é efetivamente executado com recursos oriundos dos repasses do Estado, e não de contribuições previdenciárias propriamente ditas.

Verificou-se que os gastos com inativos têm pressionado cada vez mais as receitas, exigindo da administração da Universidade maior agilidade no sentido de viabilizar suas atividades, encontrando uma fórmula de desvincular os gastos com os inativos das receitas, reduzindo o comprometimento da receita com a folha de pagamento.

Por fim, cabe ainda alguma consideração a respeito da imposição de um limite de gasto com pessoal inativo. Em momento algum a Lei determina como será este limite de 12% e quais as providências a serem tomadas a fim de se manter tais limitações. Isto só vem acarretar um achatamento dos vencimentos dos servidores ativos, uma vez que as sanções legais impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal só atingem os servidores ativos.

No caso específico da UDESC, demandará de seus administradores maiores esforços no sentido de viabilizar uma forma de aumentar as receitas, seja por um aumento no percentual de repasse do Estado, ou de outras formas que não firam o princípio da gratuidade garantido constitucionalmente.

Desta forma os administradores das universidades mantidas pelo governo terão como desafio, além de preocuparem-se com os gastos com folha de pessoal, viabilizar formas de crescer a fim de se manterem-se no mercado.

## **6.2 Recomendações de seqüência deste trabalho**

Cabem aqui, dois caminhos principais de seqüência deste trabalho.

O primeiro aponta para a ampliação e aprofundamento dos estudos das despesas, traçando um paralelo entre as demais universidades estaduais e federais do País, identificando se a situação dos inativos aqui relatada é exclusiva da UDESC ou se as demais universidades públicas comungam desse cenário.

A outra vertente indica uma continuação do estudo, passando por uma avaliação e análise dos dados, envolvendo o cálculo atuarial da situação dos servidores ativos da Universidade, levantando dados mais aprofundados que permitam propor a criação de um Fundo de Pensão.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

### 6 ANOS DO BRASIL REAL – CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Disponível [http://www.planalto.gov.Br/publi\\_04/COLECAO/6anos3.htm](http://www.planalto.gov.Br/publi_04/COLECAO/6anos3.htm) Acesso em 8 maio 2001

BRASIL. Emenda Constitucional nº 19 e 20/98, 16 de dezembro de 1998. Disciplina a forma de aposentadorias. Diário Oficial , Brasília, 1999.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, 4 mar. 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial , Brasília, 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, 4 mar. 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial , Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.717, 27 nov. 1998. Dispões sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial. Brasília . 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 10ª Edição, Brasília, 1998. 358p.

CONSTITUIÇÃO DE REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL –1988, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações, 10ª Edição, Brasília, 1998.358p.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – 1989, Assembléia Legislativa/IOESC, Florianópolis, 1989. 120p.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA Disponível <http://www.sef.gov.br/>. Acesso em 09 mar. 2001.

GIAMBIAGI, Fabio, ALÉM, Ana Claudia. **Finanças Públicas:** teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.



GOVERNO DO ESTADO – SEF - Relatório da Arrecadação Mensal ICMS 1990-2001

IBGE TABELA 5 Disponível

<http://www.ibge.gov.../economia/contasnacionais/vol1/tab5.shtm>. Acesso em 08 maio. 2001.

IBGE TABUA DE VIDA DE 1999 Disponível

<http://www.ibge.gov.Br/ibge/presidência/noticias/01122000.shtm>. Acesso em 09 mar. 2001.

IPEADATA 2000 Disponível

<http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 10 jun. 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Portaria Ministerial nº 893, de 11 de novembro de 1985, Reconhece a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial da União, Brasília, 1985.

PROGRAMA DE ESTABILIDADE FISCAL. Disponível:

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/ajuste/respef.html>. Acesso 09 nov. 2000.

RIANI, Flávio, **Economia do Setor Público**: Uma abordagem introdutória. São Paulo, Atlas. 1997.

SANSON, J.R, SEABRA, F. **Análise do Gasto Estadual com Pessoal**: Estado de Santa Catarina. Brasília, 1998. 37p.

SANTA CATARINA. LEI nº 8.332, de 09 de setembro de 1991. Cria o quadro de Pessoal Permanente e o Plano de Cargos e Diário Oficial, Florianópolis, 1991.

SANTA CATARINA, LEI Nº 8.092/90, de 01 de outubro de 1990. Transforma a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina em Universidade do Estado de Santa Catarina. Diário Oficial, Florianópolis, 1990.

SANTA CATARINA. LEI nº 10.191, de 24 de junho de 1996. Eleva o Percentual de Repasse da UDESC de 1,20 para 1,95%. Diário Oficial, Florianópolis, 1996.

SANTA CATARINA. LEI nº 10.547, 1997. Estabelece ganhos de produtividade para os servidores da UDESC. Diário Oficial, Florianópolis, 1997.

SECRETARIA DA FAZENDA. Relatório da Arrecadação Mensal do ICMS 1990-2001.

[www.sef.br/informações/arectri/desarecestprinc.htm](http://www.sef.br/informações/arectri/desarecestprinc.htm), Acesso em 08 maio 2001.

UDESC. Balanço Geral do Exercício de 2000. Setor de Contabilidade.



UDESC. CONSUNI, Resolução nº 31/99, de 18 de fevereiro de 1999. Estabelece conjunto de medidas para a contenção de gastos financeiros na UDESC..

UDESC. Relatório Geral da Secretaria de Planejamento.2000.

UDESC. Relatório Resumo Total Bruto das Folhas de Pagamento de 1992 /2000.

UDESC. Relatório UDESC IRRH 180. Setor de Recursos Humanos.

**ANEXOS**

SIMULAÇÃO REALISTA

A questão é:

Até quando a Universidade poderá se manter sem ter que ser acrescido o percentual de repasse 1.95 ?

Se o crescimento do PIB se mantivesse em 2,90% ao ano

E todos os servidores da UDESC aposentassem por tempo de serviço, somente levando em consideração que seu primeiro emprego foi a UDESC

Anos	Repasses UDESC	R\$ Ativos	R\$ Inativos	Investimentos	Manutenção	Necessidade Real	% Necessid. Real	Média Cresc.
2000	54.556.929,67	23.393.313,43	7.948.908,99	11.720.497,03	11.494.210,23	54.556.929,67		
2001	54.715.144,77	23.318.819,11	8.088.367,95	11.813.747,49	11.494.210,23	54.621.894,31	1,001	
2002	54.873.818,69	23.337.886,63	8.134.265,07	11.907.456,76	11.494.210,23	54.686.858,95	1,001	
2003	55.032.952,76	23.286.785,23	8.315.295,75	11.936.661,56	11.494.210,23	54.816.788,23	1,002	
2004	55.192.548,33	23.330.223,67	8.401.786,59	11.966.327,84	11.494.210,23	54.946.717,51	1,002	
2005	55.352.606,72	23.317.835,35	8.697.516,63	11.843.044,51	11.494.210,23	55.230.059,23	1,005	
2006	55.513.129,28	23.233.012,03	9.068.241,92	11.717.665,10	11.494.210,23	55.515.961,21	1,005	
2007	55.674.117,35	23.032.177,51	9.793.620,24	11.354.109,37	11.494.210,23	56.040.505,01	1,009	
2008	55.835.572,29	22.842.164,11	10.583.690,06	10.915.507,89	11.494.210,23	56.640.561,43	1,011	
2009	55.997.495,45	22.666.419,07	11.469.865,82	10.367.000,33	11.494.210,23	57.350.992,15	1,013	
2010	56.159.888,19	22.414.982,59	11.855.946,68	10.394.748,69	11.494.210,23	57.465.636,53	1,002	1,0052
2011	56.322.751,86	22.022.278,27	12.750.083,76	10.056.179,61	11.494.210,23	57.987.069,29	1,009	
2012	56.486.087,84	21.832.489,99	13.702.736,95	9.456.650,67	11.494.210,23	58.749.934,20	1,013	
2013	56.649.897,50	21.457.772,59	14.759.396,54	8.938.518,14	11.494.210,23	59.431.876,39	1,012	
2014	56.814.182,20	21.122.419,03	15.601.577,65	8.595.975,29	11.494.210,23	59.938.703,94	1,009	
2015	56.978.943,33	21.084.001,27	16.364.588,77	8.036.143,06	11.494.210,23	60.663.297,30	1,012	
2016	57.144.182,27	21.161.928,07	16.890.454,69	7.597.589,27	11.494.210,23	61.267.090,02	1,010	
2017	57.309.900,39	21.060.365,71	17.881.514,09	6.873.810,36	11.494.210,23	62.156.587,06	1,015	
2018	57.476.099,11	20.783.657,11	18.288.734,40	6.909.497,36	11.494.210,23	62.287.098,77	1,002	
2019	57.642.779,79	20.759.927,47	18.606.785,16	6.781.856,93	11.494.210,23	62.581.419,89	1,005	
2020	57.809.943,85	21.059.848,39	19.342.349,88	5.913.535,35	11.494.210,23	63.616.905,53	1,017	1,0102
2021	57.977.592,69	21.255.292,99	19.587.441,86	5.640.647,61	11.494.210,23	64.057.442,11	1,007	
2022	58.145.727,71	21.238.516,51	19.345.331,60	6.067.669,37	11.494.210,23	63.798.555,37	0,996	
2023	58.314.350,32	21.236.941,87	19.265.481,15	6.317.717,08	11.494.210,23	63.717.130,28	0,999	
2024	58.483.461,94	22.041.404,23	20.078.104,54	4.869.742,94	11.494.210,23	65.334.216,02	1,025	
2025	58.653.063,98	22.489.236,79	21.424.984,43	3.244.632,53	11.494.210,23	67.128.928,48	1,027	
2026	58.823.157,86	22.643.047,27	21.681.525,59	3.004.374,77	11.494.210,23	67.539.280,12	1,006	
2027	58.993.745,02	22.692.106,15	22.374.887,97	2.432.540,67	11.494.210,23	68.281.701,38	1,011	
2028	59.164.826,88	22.652.287,63	22.597.832,44	2.420.496,58	11.494.210,23	68.464.827,33	1,003	
2029	59.336.404,88	23.039.123,11	23.756.068,57	1.047.002,97	11.494.210,23	70.009.898,94	1,023	
2030	59.508.480,45	23.173.218,43	24.432.631,58	408.420,21	11.494.210,23	70.820.557,27	1,012	1,0108

Limitações do estudo: sem averbação de tempo de serviço

Desconsiderados os óbitos dos ativos

Aposentadoria integral por tempo de serviço - 30 anos mulheres 35 anos homens.



**SIMULAÇÃO REALISTA****A questão é:**

Até quando a Universidade poderá se manter sem ter que ser acrescido o percentual de repasse 1.95 ?

Se o crescimento do PIB se mantivesse em 2,90% ao ano

E todos os servidores da UDESC aposentassem por tempo de serviço, somente levando em consideração que seu primeiro emprego foi a UDESC

Nº Serv. Ativ.	N serv. Inat	Óbitos	Part. Ativos sobre receita	Part. Inat. s/receita	Part. Manut. Invest.
765	238		42,88	14,57	42,55
765	240		42,62	14,78	42,60
765	242		42,53	14,82	42,65
765	246		42,31	15,11	42,58
765	250		42,27	15,22	42,51
765	258	1	42,13	15,71	42,16
765	266	2	41,85	16,34	41,81
765	279	4	41,37	17,59	41,04
765	295	3	40,91	18,96	40,14
765	316	1	40,48	20,48	39,04
765	315	13	39,91	21,11	38,98
765	330	11	39,10	22,64	38,26
765	353	10	38,65	24,26	37,09
765	373	5	37,88	26,05	36,07
765	387	10	37,18	27,46	35,36
765	407	7	37,00	28,72	34,28
765	422	19	37,03	29,56	33,41
765	451	8	36,75	31,20	32,05
765	454	15	36,16	31,82	32,02
765	461	11	36,01	32,28	31,71
765	493	20	36,43	33,46	30,11
765	502	24	36,66	33,78	29,55
765	495	18	36,53	33,27	30,20
765	491	12	36,42	33,04	30,54
765	541	15	37,69	34,33	27,98
765	599	7	38,34	36,53	25,13
765	611	1	38,49	36,86	24,65
765	631	7	38,47	37,93	23,61
765	636	4	38,29	38,19	23,52
765	683	4	38,83	40,04	21,14
765	708	2	38,94	41,06	20,00



## SIMULAÇÃO OTIMISTA

### A questão é:

Até quando a Universidade poderá se manter sem ter que ser acrescido o percentual de repasse 1.95 ?

Se o crescimento do PIB se mantivesse em 5% ao ano

E todos os servidores da UDESC aposentassem por tempo de serviço, somente levando em consideração que seu primeiro emprego foi a UDESC

Anos	Repasse UDESC	R\$ Ativos	R\$ Inativos	Investimentos	Manutenção
2000	54.556.929,67	23.393.313,43	7.948.908,99	11.720.497,03	11.494.210,23
2001	54.829.714,32	23.318.819,11	8.088.367,95	11.928.317,04	11.494.210,23
2002	55.103.862,89	23.337.886,63	8.134.265,07	12.137.500,97	11.494.210,23
2003	55.379.382,21	23.286.785,23	8.315.295,75	12.283.091,00	11.494.210,23
2004	55.656.279,12	23.330.223,67	8.401.786,59	12.430.058,63	11.494.210,23
2005	55.934.560,51	23.317.835,35	8.697.516,63	12.424.998,31	11.494.210,23
2006	56.214.233,32	23.233.012,03	9.068.241,92	12.418.769,14	11.494.210,23
2007	56.495.304,48	23.032.177,51	9.793.620,24	12.175.296,51	11.494.210,23
2008	56.777.781,01	22.842.164,11	10.583.690,06	11.857.716,61	11.494.210,23
2009	57.061.669,91	22.666.419,07	11.469.865,82	11.431.174,79	11.494.210,23
2010	57.346.978,26	22.414.982,59	11.855.946,68	11.581.838,76	11.494.210,23
2011	57.633.713,15	22.022.278,27	12.750.083,76	11.367.140,89	11.494.210,23
2012	57.921.881,72	21.832.489,99	13.702.736,95	10.892.444,55	11.494.210,23
2013	58.211.491,13	21.457.772,59	14.759.396,54	10.500.111,77	11.494.210,23
2014	58.502.548,58	21.122.419,03	15.601.577,65	10.284.341,67	11.494.210,23
2015	58.795.061,32	21.084.001,27	16.364.588,77	9.852.261,05	11.494.210,23
2016	59.089.036,63	21.161.928,07	16.890.454,69	9.542.443,64	11.494.210,23
2017	59.384.481,81	21.060.365,71	17.881.514,09	8.948.391,79	11.494.210,23
2018	59.681.404,22	20.783.657,11	18.288.734,40	9.114.802,48	11.494.210,23
2019	59.979.811,24	20.759.927,47	18.606.785,16	9.118.888,38	11.494.210,23
2020	60.279.710,30	21.059.848,39	19.342.349,88	8.383.301,80	11.494.210,23
2021	60.581.108,85	21.255.292,99	19.587.441,86	8.244.163,77	11.494.210,23
2022	60.884.014,40	21.238.516,51	19.345.331,60	8.805.956,06	11.494.210,23
2023	61.188.434,47	21.236.941,87	19.265.481,15	9.191.801,22	11.494.210,23
2024	61.494.376,64	22.041.404,23	20.078.104,54	7.880.657,65	11.494.210,23
2025	61.801.848,52	22.489.236,79	21.424.984,43	6.393.417,08	11.494.210,23
2026	62.110.857,77	22.643.047,27	21.681.525,59	6.292.074,68	11.494.210,23
2027	62.421.412,06	22.692.106,15	22.374.887,97	5.860.207,71	11.494.210,23
2028	62.733.519,12	22.652.287,63	22.597.832,44	5.989.188,82	11.494.210,23
2029	63.047.186,71	23.039.123,11	23.756.068,57	4.757.784,80	11.494.210,23
2030	63.362.422,65	23.173.218,43	24.432.631,58	4.262.362,41	11.494.210,23

Limitações do estudo: sem averbação de tempo de serviço

Desconsiderados os óbitos dos ativos

Aposentadoria integral por tempo de serviço - 30 anos mulheres 35 anos homens.

**SIMULAÇÃO OTIMISTA**

A questão é:

Até quando a Universidade poderá se manter sem ter que ser acrescido o percentual de repasse 1.95 ?

Se o crescimento do PIB se mantivesse em 5% ao ano

E todos os servidores da UDESC aposentassem por tempo de serviço, somente levando em consideração que seu primeiro emprego foi a UDESC

Nº Serv. Ativ.	N serv. Inat	Óbitos	Part. Ativos sobre receita	Part. Inat. s/receita	Part. Manut. Invest.
765	238		42,88	14,57	42,55
765	240		42,53	14,75	42,72
765	242		42,35	14,76	42,89
765	246		42,05	15,02	42,94
765	250		41,92	15,10	42,99
765	258	1	41,69	15,55	42,76
765	266	2	41,33	16,13	42,54
765	279	4	40,77	17,34	41,90
765	295	3	40,23	18,64	41,13
765	316	1	39,72	20,10	40,18
765	315	13	39,09	20,67	40,24
765	330	11	38,21	22,12	39,67
765	353	10	37,69	23,66	38,65
765	373	5	36,86	25,35	37,78
765	387	10	36,11	26,67	37,23
765	407	7	35,86	27,83	36,31
765	422	19	35,81	28,58	35,60
765	451	8	35,46	30,11	34,42
765	454	15	34,82	30,64	34,53
765	461	11	34,61	31,02	34,37
765	493	20	34,94	32,09	32,98
765	502	24	35,09	32,33	32,58
765	495	18	34,88	31,77	33,34
765	491	12	34,71	31,49	33,81
765	541	15	35,84	32,65	31,51
765	599	7	36,39	34,67	28,94
765	611	1	36,46	34,91	28,64
765	631	7	36,35	35,84	27,80
765	636	4	36,11	36,02	27,87
765	683	4	36,54	37,68	25,78
765	708	2	36,57	38,56	24,87



### SIMULAÇÃO PESSIMISTA

#### A questão é:

Até quando a Universidade poderá se manter sem ter que ser acrescido o percentual de repasse 1.95 ?

Se o crescimento do PIB se mantivesse em 1% ao ano

E todos os servidores da UDESC aposentassem por tempo de serviço, somente levando em consideração que seu primeiro emprego foi a UDESC

Anos	Repasse UDESC	R\$ Ativos	R\$ Inativos	Investimentos	Manutenção
2000	54.556.929,67	23.393.313,43	7.948.908,99	11.720.497,03	11.494.210,23
2001	54.611.486,60	23.318.819,11	8.088.367,95	11.698.595,11	11.505.704,44
2002	54.666.098,09	23.337.886,63	8.134.265,07	11.676.736,25	11.517.210,14
2003	54.720.764,19	23.286.785,23	8.315.295,75	11.589.955,86	11.528.727,35
2004	54.775.484,95	23.330.223,67	8.401.786,59	11.503.218,62	11.540.256,08
2005	54.830.260,44	23.317.835,35	8.697.516,63	11.263.112,12	11.551.796,34
2006	54.885.090,70	23.233.012,03	9.068.241,92	11.020.488,61	11.563.348,13
2007	54.939.975,79	23.032.177,51	9.793.620,24	10.539.266,56	11.574.911,48
2008	54.994.915,76	22.842.164,11	10.583.690,06	9.982.575,20	11.586.486,39
2009	55.049.910,68	22.666.419,07	11.469.865,82	9.315.552,91	11.598.072,88
2010	55.104.960,59	22.414.982,59	11.855.946,68	9.224.360,37	11.609.670,95
2011	55.160.065,55	22.022.278,27	12.750.083,76	8.766.422,90	11.621.280,62
2012	55.215.225,62	21.832.489,99	13.702.736,95	8.047.096,77	11.632.901,91
2013	55.270.440,84	21.457.772,59	14.759.396,54	7.408.736,91	11.644.534,81
2014	55.325.711,28	21.122.419,03	15.601.577,65	6.945.535,26	11.656.179,34
2015	55.381.036,99	21.084.001,27	16.364.588,77	6.264.611,43	11.667.835,52
2016	55.436.418,03	21.161.928,07	16.890.454,69	5.704.531,91	11.679.503,36
2017	55.491.854,45	21.060.365,71	17.881.514,09	4.858.791,79	11.691.182,86
2018	55.547.346,30	20.783.657,11	18.288.734,40	4.772.080,75	11.702.874,04
2019	55.602.893,65	20.759.927,47	18.606.785,16	4.521.604,10	11.714.576,92
2020	55.658.496,54	21.059.848,39	19.342.349,88	3.530.006,78	11.726.291,49
2021	55.714.155,04	21.255.292,99	19.587.441,86	3.133.402,40	11.738.017,79
2022	55.769.869,20	21.238.516,51	19.345.331,60	3.436.265,28	11.749.755,80
2023	55.825.639,06	21.236.941,87	19.265.481,15	3.561.710,49	11.761.505,56
2024	55.881.464,70	22.041.404,23	20.078.104,54	1.988.688,88	11.773.267,06
2025	55.937.346,17	22.489.236,79	21.424.984,43	238.084,62	11.785.040,33
2026	55.993.283,51	22.643.047,27	21.681.525,59	(128.114,71)	11.796.825,37
2027	56.049.276,80	22.692.106,15	22.374.887,97	(826.339,52)	11.808.622,20
2028	56.105.326,07	22.652.287,63	22.597.832,44	(965.224,81)	11.820.430,82
2029	56.161.431,40	23.039.123,11	23.756.068,57	(2.466.011,53)	11.832.251,25
2030	56.217.592,83	23.173.218,43	24.432.631,58	(3.232.340,68)	11.844.083,50

**Limitações do estudo: sem averbação de tempo de serviço**

Desconsiderados os óbitos dos ativos

Aposentadoria integral por tempo de serviço - 30 anos mulheres 35 anos homens.



**SIMULAÇÃO PESSIMISTA**

A questão é:

Até quando a Universidade poderá se manter sem ter que ser acrescido o percentual de repasse 1.95 ?

Se o crescimento do PIB se mantivesse em 1% ao ano

E todos os servidores da UDESC aposentassem por tempo de serviço, somente levando em consideração que seu primeiro emprego foi a UDESC

Nº Serv. Ativ.	N serv. Inat	Óbitos	Part. Ativos sobre receita	Part. Inat. s/receita	Part. Manut. Invest.
765	238		42,88	14,57	21,48
765	240		42,70	14,81	21,42
765	242		42,69	14,88	21,36
765	246		42,56	15,20	21,18
765	250		42,59	15,34	21,00
765	258	1	42,53	15,86	20,54
765	266	2	42,33	16,52	20,08
765	279	4	41,92	17,83	19,18
765	295	3	41,54	19,24	18,15
765	316	1	41,17	20,84	16,92
765	315	13	40,68	21,52	16,74
765	330	11	39,92	23,11	15,89
765	353	10	39,54	24,82	14,57
765	373	5	38,82	26,70	13,40
765	387	10	38,18	28,20	12,55
765	407	7	38,07	29,55	11,31
765	422	19	38,17	30,47	10,29
765	451	8	37,95	32,22	8,76
765	454	15	37,42	32,92	8,59
765	461	11	37,34	33,46	8,13
765	493	20	37,84	34,75	6,34
765	502	24	38,15	35,16	5,62
765	495	18	38,08	34,69	6,16
765	491	12	38,04	34,51	6,38
765	541	15	39,44	35,93	3,56
765	599	7	40,20	38,30	0,43
765	611	1	40,44	38,72	0,00
765	631	7	40,49	39,92	0,00
765	636	4	40,37	40,28	0,00
765	683	4	41,02	42,30	0,00
765	708	2	41,22	43,46	0,00



Folha dos Servidores Ativos da UDESC  
Admissão/vencimentos no mês de dezembro/2000

Ano Adm.	Homens		Mulheres		TOTAL	
	Nº servi.	Remun. Bruta MENSAL	ANUAL	Nº servid.	Remun. Bruta MENSAL	ANUAL
1966	2	11.621,58	139.458,96			-
1967	1	1.573,41	18.880,92			-
1968	1	4.934,97	59.219,64			-
1969	1	2.158,60	25.903,20			-
1970	5	10.984,33	131.811,96			-
1971	1	5.205,09	62.461,08			-
1972	3	15.667,39	188.008,68	1	2.251,35	27.016,20
1973	7	28.239,23	338.870,76	3	10.150,92	121.811,04
1974	7	24.906,85	298.882,20	3	5.048,97	60.587,64
1975	8	35.920,49	431.045,88	4	14.409,77	172.917,24
1976	18	71.148,72	853.784,64	9	28.932,12	347.185,44
1977	23	85.680,00	1.028.160,00	14	47.085,44	565.025,28
1978	24	96.136,54	1.153.638,48	12	39.025,56	468.306,72
1979	20	82.774,13	993.289,56	15	49.289,49	591.473,88
1980	8	31.273,36	375.280,32	4	17.514,87	210.178,44
1981	13	45.158,08	541.896,96	8	31.955,00	383.460,00
1982	27	81.367,16	976.405,92	10	19.462,07	233.544,84
1983	14	59.368,54	712.422,48	1	2.761,41	33.136,92
1984	12	42.664,08	511.968,96	4	10.136,64	121.639,68
1985	30	85.771,92	1.029.263,04	19	45.013,34	540.160,08
1986	23	45.528,97	546.347,64	21	40.381,26	484.575,12
1987	7	21.266,24	255.194,88	10	27.250,19	327.002,28
1988	2	5.175,80	62.109,60	4	12.413,99	148.967,88
1989	13	25.107,55	301.290,60	6	8.036,87	96.442,44
1990	43	100.603,36	1.207.240,32	22	29.991,39	359.896,68
1991	5	10.946,74	131.360,88	10	27.510,36	330.124,32
1992	4	12.361,72	148.340,64	4	9.907,26	118.887,12
1993	4	12.143,69	145.724,28	6	16.610,30	199.323,60
1994	48	97.498,09	1.169.977,08	52	83.799,82	1.005.597,84
1995	15	35.621,21	427.454,52	22	38.023,16	456.277,92
1996	13	34.861,54	418.338,48	8	11.424,90	137.098,80
1997	19	46.316,57	555.798,84	23	56.635,26	679.623,12
1998	13	31.714,41	380.572,92	5	15.536,26	186.435,12
1999	2	3.932,62	47.191,44	3	8.315,48	99.785,76
2000	14	29.956,74	359.480,88	12	26.289,40	315.472,80
	450	1.335.589,72		315	735.162,85	
Média salarial		2.967,98			Mulheres	2.333,86
					Geral Mens.	2.706,87
					Geral anual	32.482,39
					Tempo Serv.	
					Total Servidores	
					34	2
					33	1
					32	1
					31	1
					30	5
					29	1
					28	4
					27	10
					26	10
					25	12
					24	27
					23	37
					22	36
					21	35
					20	12
					19	21
					18	37
					17	15
					16	16
					15	49
					14	44
					13	17
					12	6
					11	19
					10	65
					9	15
					8	8
					7	10
					6	100
					5	37
					4	21
					3	42
					2	18
					1	5
					0	26
						765



Ano Nascim.	Idade 2000	expectativa vida	Ano provavel Morte	Quant. Inativos	Remuneração mês 12/2000	Ano provavel de morte	Valores acumulados por ano provável de morte	Valor acumulado por ano (valor x 12)
1915	85	5	2005	1	749,93	2000		
1920	80	6,1	2006	2	3.243,44	2001		
1921	79	6,5	2007	2	1.932,81	2002		
1922	78	6,9	2007	2	1.600,68	2003		
1924	76	7,8	2008	1	703,96	2004		
1925	75	8,3	2008	2	721,68	2005	749,93	8.999,16
1926	74	8,8	2009	1	348,36	2006	3.243,44	38.921,22
1928	72	9,9	2010	7	7.970,57	2007	2.304,64	27.655,64
1929	71	10,4	2010	6	13.291,38	2008	1.425,64	17.107,66
1930	70	11	2011	11	28.592,30	2009	348,36	4.180,32
1931	69	11,6	2012	4	10.801,80	2010	21.261,96	255.143,46
1932	68	12,3	2012	6	14.952,51	2011	28.592,30	343.107,56
1933	67	12,9	2013	5	10.842,98	2012	25.754,30	309.051,65
1934	66	13,6	2014	8	21.478,96	2013	10.842,98	130.115,82
1935	65	14,2	2014	2	1.250,05	2014	22.729,01	272.748,13
1936	64	14,9	2015	7	12.702,44	2015	12.702,44	152.429,28
1937	63	15,6	2016	10	18.711,71	2016	41.717,18	500.606,16
1938	62	16,3	2016	9	23.005,47	2017	26.029,07	312.348,80
1939	61	17	2017	8	26.029,07	2018	37.847,50	454.170,05
1940	60	17,7	2018	9	23.119,24	2019	24.196,72	290.360,64
1941	59	18,4	2018	6	14.728,26	2020	54.466,25	653.595,00
1942	58	19,2	2019	11	24.196,72	2021	52.615,00	631.379,98
1943	57	19,9	2020	20	54.466,25	2022	51.349,36	616.192,26
1944	56	20,6	2021	10	23.558,93	2023	28.440,30	341.283,65
1945	55	21,4	2021	14	29.056,07	2024	41.188,75	494.265,05
1946	54	22,2	2022	18	51.349,36	2025	26.386,53	316.638,35
1947	53	23	2023	12	28.440,30	2026	993,21	11.918,52
1948	52	23,7	2024	15	41.188,75	2027	11.216,78	134.601,38
1949	51	24,5	2025	5	17.962,29	2028	9.101,24	109.214,93
1950	50	25,3	2025	2	8.424,24	2029	9.293,89	111.526,71
1951	49	26,1	2026	1	993,21	2030	5.530,36	66.364,31
1952	48	27	2027	7	11.216,78			
1953	47	27,8	2028	4	9.101,24			
1954	46	28,6	2029	4	9.293,89			
1955	45	29,5	2030	2	5.530,36			
1957	43	31,2	2031	2	8.825,90			
1959	41	32,9	2033	1	1.111,59			
1966	34	39,1	2039	1	1.516,15			
				238	563.009,62			

## Dados Consolidados de Folha de Pagamento

Ano	Consolidado anual					Repasses UDESC	% ativos	% inativos	Nº ativos	Nº inativos	Colabor.
	Ativos	Inativos									
1993	21.192.304,82	1.919.446,55						710	97	71	
1994	22.264.711,56	2.695.959,44						785	119	106	
1995	28.994.355,16	4.407.129,49						780	146	140	
1996	28.438.275,07	5.815.767,66			50.942.130,65	55,82	11,42	773	164	173	
1997	27.448.556,82	6.128.117,46			45.426.350,04	60,42	13,49	801	186	136	
1998	28.461.462,65	7.543.174,90			40.161.877,26	70,87	18,78	779	219	150	
1999	25.583.099,77	8.500.515,66			43.070.426,94	59,40	19,74	757	231	122	
2000	23.393.313,43	7.948.908,99			54.556.929,67	42,88	14,57	765	238	251	



**TABELA 1**  
**RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL**  
**RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE S.C. - 1996/2000**

<b>Ano</b>	<b>RLD Ajustada Corrente</b>	<b>IGP-DI Mar/86=100</b>	<b>RLD Ajustada Constante</b>	<b>Pecentual Rec. UDESC 1,95</b>
<b>1996</b>	147.873.172,15	57.491.756.597,24	228.767.954,36	4.460.975,11
	130.137.248,38	57.928.693.947,38	199.810.938,80	3.896.313,31
	133.955.428,40	58.056.137.074,06	205.221.831,78	4.001.825,72
	153.658.489,20	58.462.530.033,58	233.770.836,23	4.558.531,31
	142.173.509,32	59.444.700.538,14	212.724.208,99	4.148.122,08
	139.306.670,16	60.169.925.884,71	205.922.504,90	4.015.488,85
	142.319.028,12	60.825.778.076,85	208.106.992,92	4.058.086,36
	142.834.442,89	60.828.211.107,97	208.852.307,68	4.072.620,00
	150.596.893,07	60.907.287.782,41	219.916.659,00	4.288.374,85
	159.587.490,87	61.041.283.815,54	232.534.055,01	4.534.414,07
	155.677.554,74	61.212.199.410,22	226.203.538,67	4.410.969,00
	160.089.546,41	61.750.866.765,03	230.585.128,27	4.496.410,00
<b>1997</b>	154.929.597,64	62.726.530.459,92	219.682.015,38	4.283.799,30
	127.809.991,93	62.989.981.887,85	180.469.868,36	3.519.162,43
	148.829.514,87	63.720.665.677,75	207.740.005,88	4.050.930,11
	143.955.013,16	64.096.617.605,25	199.757.483,79	3.895.270,93
	137.284.028,80	64.288.907.458,06	189.930.778,33	3.703.650,18
	139.565.448,41	64.738.929.810,27	191.744.880,36	3.739.025,17
	135.783.757,30	64.797.194.847,10	186.381.582,32	3.634.440,86
	138.073.796,86	64.771.275.969,16	189.600.811,85	3.697.215,83
	138.318.109,16	65.153.426.497,38	188.822.246,48	3.682.033,81
	145.797.375,85	65.374.948.147,47	198.358.003,10	3.867.981,06
	142.385.381,41	65.917.560.217,09	192.121.361,61	3.746.366,55
	138.014.354,84	66.372.391.382,59	184.947.375,04	3.606.473,81
<b>1998</b>	154.929.597,64	66.956.468.426,76	205.803.725,21	4.013.172,64
	127.809.991,93	66.969.859.720,44	169.744.923,86	3.310.026,02
	148.829.514,87	67.123.890.397,80	197.207.453,02	3.845.545,33
	143.955.013,16	67.036.629.340,28	190.996.760,70	3.724.436,83
	137.284.028,80	67.190.813.587,76	181.727.852,06	3.543.693,12
	139.565.448,41	67.378.947.865,81	184.232.000,41	3.592.524,01
	135.783.757,30	67.122.907.863,92	179.923.726,34	3.508.512,66
	138.073.796,86	67.008.798.920,55	183.269.760,18	3.573.760,32
	138.318.109,16	66.995.397.160,77	183.630.769,85	3.580.800,01
	145.797.375,85	66.975.298.541,62	193.618.310,78	3.775.557,06
	142.385.381,41	66.854.743.004,24	189.428.167,01	3.693.849,26
	138.014.354,84	67.509.919.485,69	181.831.050,24	3.545.705,48



Ano	RLD Ajustada Corrente	IGP-DI Mar/86=100	RLD Ajustada Constante	Pecentual Rec. UDESC 1,95
1999	149.383.270,96	68.286.283.559,77	194.571.785,91	3.794.149,83
	136.492.225,39	71.318.194.549,83	170.223.278,95	3.319.353,94
	153.409.014,48	72.730.294.801,91	187.606.080,27	3.658.318,57
	157.193.147,22	72.752.113.890,35	192.176.097,54	3.747.433,90
	148.470.201,61	72.504.756.703,13	182.131.127,56	3.551.556,99
	146.955.792,27	73.244.305.221,50	178.453.151,62	3.479.836,46
	143.179.015,31	74.408.889.674,52	171.145.673,51	3.337.340,63
	151.451.199,79	75.487.818.574,80	178.446.165,56	3.479.700,23
	155.729.126,51	76.597.489.507,85	180.828.420,74	3.526.154,20
	162.903.796,63	78.045.182.059,55	185.650.654,92	3.620.187,77
	178.238.625,51	80.019.725.165,65	198.114.447,04	3.863.231,72
	172.487.943,96	81.003.967.785,19	189.392.959,63	3.693.162,71
2000	220.828.457,82	81.830.208.256,60	240.022.945,32	4.680.447,43
	203.106.029,24	81.985.685.652,29	220.341.428,28	4.296.657,85
	209.015.651,80	82.133.259.886,46	226.345.115,00	4.413.729,74
	219.114.365,21	82.240.033.124,31	236.973.046,60	4.620.974,41
	217.376.665,82	82.791.041.346,25	233.529.073,09	4.553.816,93
	219.279.167,63	83.560.998.030,77	233.402.300,95	4.551.344,87
	216.765.257,06	85.449.476.586,26	225.627.299,74	4.399.732,34
	220.995.302,18	87.004.657.060,13	225.918.564,48	4.405.412,01
	221.770.377,19	87.604.989.193,85	225.157.320,85	4.390.567,76
	247.081.058,80	87.929.127.653,86	249.929.814,46	4.873.631,38
	240.620.694,29	88.272.051.251,71	242.449.411,57	4.727.763,53
	238.094.944,97	88.942.918.841,23	238.094.944,97	4.642.851,43

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda [www.sef.gov.br](http://www.sef.gov.br)

Receita Líquida Disponível Acumulada		
Ano	Receitas UDESC	Receita do Estado
1996	50.942.130,65	2.612.416.956,62
1997	45.426.350,04	2.329.556.412,50
1998	43.707.582,74	2.241.414.499,66
1999	43.070.426,94	2.208.739.843,26
2000	54.556.929,67	2.797.791.265,30